



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Acta n.º 01/2005-2009

ACTA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA QUADRIÉNIO DE 2005/2009 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **vinte e nove dias do mês de Novembro do ano dois mil e cinco**, pelas vinte e uma horas e cinco minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **1ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Rui António Ferreira da Cunha e Secretariada por Luis Miguel da Silva e Sousa Martins e Domingos Manuel Antunes Tomé, respectivamente 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 - IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis para 2006)-----

Ponto 2 – Proposta de Deliberação n.º 01/AM/2005-2009 – Alteração do Anexo I do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas.-----

Ponto 3 – Proposta de Deliberação Nº 02/AM/2005-2009 - Criação do Grupo de Trabalho Para Acompanhamento da Elaboração do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas e Freguesia.-----

Ponto 4 – Proposta de Deliberação n.º 03/AM/2005-2009 – Composição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal de Odivelas.-----

Ponto 5 - Proposta de Deliberação n.º 04/AM/2005-2009 – Designação de 4 Cidadãos para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Município de Odivelas-----

Ponto 6 - Proposta de Deliberação N.º 05/AM/2005-2009 - Manutenção do Conselho Municipal de Juventude e Criação do Grupo de Trabalho para Analisar o Regimento-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

O Senhor Presidente deu Posse ao Deputado Municipal **Miguel José Torrão Soares**, pela bancada da **CDU**.-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**, o Presidente da Junta de Freguesia de Olival Basto, Joaquim Farinha, pelo seu substituto legal, **Cândido Jorge Neves Marcos**.-----

Na bancada do **PS**, a Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Graça Peixoto, pelo seu substituto legal, **António Manuel Nunes**.-----

Na bancada da **CDU**, a Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Maria João Tavares, pelo seu substituto legal, **Francisco Bartolomeu**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença dos **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana de Carvalho Amador e os **10** Vereadores que compõem o executivo camarário.-----

Havendo quorum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

O **Senhor Presidente** deu conhecimento ao plenário das seguintes informações:-----

1 – Convite do Grupo Algébrica, das Jornadas Administração Local, sobre “Cidades e Regiões Digitais: o que falta fazer?”, que se realizou no passado dia 23 de Novembro.-----

2 - Circular sobre Seguro Ramo Acidentes Pessoais para os Deputados Municipais.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Senhor Presidente propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Adventino Pinheiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Como intervenientes, empenhados na vida política nacional, quer na qualidade de eleitos, quer na qualidade de cidadãos, que se recusam a ser espectadores passivos do degradante espectáculo, que o actual governo, dito “socialista” vem representando para um país estupefacto perante tanto despudor, tanta falta de seriedade e tanto desrespeito por todos os valores sem os quais não há Socialismo que se construa, nem sequer o “Socialismo em liberdade” ou de “rosto humano”. Socialismos tão caricatamente propagandeados nos tempos em que com o povo desperto e desejoso de uma mudança a sério no rumo do seu país, era necessário fazer-lhe crer que também eles, todos, estavam interessados na construção de um regime mais justo.-----

*Face à gravidade da situação os deputados municipais da CDU, não podem deixar de, nesta primeira reunião da Assembleia Municipal de Odivelas, chamar a atenção dos outros deputados das outras forças políticas e, principalmente dos cidadãos do Concelho de Odivelas para uma das maiores chagas sociais tão desveladamente acarinhadas e fomentadas por todos os governos que se têm sucedido de há perto de trinta anos para cá: o **desemprego**. -----*

Os números do desemprego real, em Portugal, ultrapassam em muito os do desemprego oficial. Pelos números publicados pelo INE no 3º trimestre de 2005, o número oficial de desempregados alcançava o valor já elevado de 429,9 mil (7,7%). -----

Contudo, na mesma altura, o desemprego corrigido (que inclui os “inactivos desencorajados” e o “subemprego visível”), atingia já 549,9 mil, correspondente a uma taxa de desemprego de 9,9 %. -----

Entre 2001 e 2005, o desemprego oficial aumentou 101,9%. O desemprego de longa duração (12 a 24 meses) cresceu 153% e o de longuíssima duração subiu 186%. Valores estes que indiciam, claramente, uma crescente exclusão social de muitos milhares de desempregados. -----

E em 2005, ainda segundo o INE, menos de 29% de desempregados recebiam ou recebem subsidio de desemprego. -----

E o que faz o governo chamado de socialista perante tal situação? Procura resolver o problema fazendo com que os trabalhadores lançados no desemprego pelas políticas de subordinação ao grande patronato recebam aquilo que lhes é devido? Não. A sua preocupação é a de reduzir ainda mais o número de desempregados com direito ao subsidio. E foi nesse sentido que apresentou uma proposta para discussão no CPCS. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Sabe-se que o desemprego representa elevados custos para o País, para os trabalhadores, para a segurança social e para o próprio Estado. -----

E o que questionamos, com toda a clareza, é a prioridade que o governo, este governo formado por um partido com um rótulo tão bonito como enganador, atribui a cada um dos problemas que lhe compete resolver. -----

Para nós, o mais importante é, inquestionavelmente, a dignidade da pessoa humana, o direito ao trabalho consignado na Constituição da República. -----

Para o Governo de maioria absoluta do partido chamado socialista, esses são problemas menores porque o importante é o défice orçamental. É tudo uma questão de números e nada mais do que isso. -----

A cega ofensiva do governo abate-se, aliás, sobre tudo o que mexe. Com uma arrogância inaudita e uns assomos de autoritarismo preocupantes. -----

Por nós, temos toda a confiança da força, unidade e determinação são dos trabalhadores portugueses. Serão eles, ainda e mais uma vez, que irão derrotar, coma sua luta, os desígnios inconfessados do efémeros detentores do poder que esquecem, com toda a facilidade, em nome de quê e para quê foram eleitos.” -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Em primeiro lugar, é com um bocado de preocupação que quando entrei nesta sala vi as condições de trabalho, isto é uma reunião da Assembleia Municipal e, não entendo porque é que não há mesas para as pessoas da Assembleia Municipal e há mesas para todos os outros, quando isto é uma reunião da Assembleia Municipal. Há espaço para ter mesas e para ter condições de trabalho, evidentemente que somos nós que precisamos de discutir e de ver as coisas e trabalhar e não temos absolutamente nenhuma condições, vocês supostamente vão responder às nossas perguntas, vão estar aí, mesas larguíssimas, isto tem muito espaço para haver mesas e haver condições de trabalho, é a primeira coisa que eu não percebo, francamente, se houvesse falta de espaço, não temos condições e isto não se compreende. -----

Segunda questão, gostava de saber o que é que se passa com os motoristas, e pelos vistos pela resposta da Susana Amador, não só com os motoristas da Câmara de Odivelas, não se compreende porque é que as pessoas quando trabalham não são pagas, por isso, não se compreende. Calculo que nós vamos receber as senhas á medida que vamos tendo as reuniões, e porque é que os motoristas não recebem á medida que vão trabalhando? Estão em dívida as horas extraordinárias dos motoristas da Câmara de Odivelas, segundo a imprensa, e não foi desmentido pela Susana Amador, até pelo contrário, disse ainda que é pior, pois ainda há outras pessoas, não é só os motoristas, portanto, não compreendo porque é que isso não é feito. -----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Terceira questão, não compreendo que num Estado laico, haja uma missa solene na comemoração do aniversário do Concelho de Odivelas, há mais religiões aqui, e há outros que não têm religiões. O Estado, e a Câmara, até agora, a meu ver, estamos num estado laico, portanto, não se compreende porque é que há uma missa solene com representantes da autarquia, em poses bastante...na missa, toda a gente tem o direito a assistir à missa, mas a Câmara de Odivelas não. -----

Não me parece que seja de bom tom, dar o sinal a outras pessoas que têm outros credos ou não têm credo absolutamente nenhum, têm todo o direito, cada um faz o que quer com a sua religiosidade, cada um faz o que bem entender, a Câmara de Odivelas, não me parece que seja de bom tom estar a dar um sinal destes.-----

Quarta questão, eu espero que vamos ter tempo para debater a questão do Regulamento, já foi dito pela mesa, porque de facto é fundamental que nós discutamos o Regulamento, o funcionamento do regimento, do procedimento desta Assembleia Municipal. Calculo que funcionou até agora com as forças que estavam, nós temos muitas questões a colocar nessa matéria, esperemos que não fique no esquecimento, tem de ser na primeira reunião ordinária que discutamos o regulamento. -----

Quinta questão, tenho aqui o programa de Odivelas da Susana Amador “Novo poder local nova geração de políticas locais”, eu espero que o sinal que se deu demitindo o Presidente da Odivelgest, não seja um sinal de que se vai promover a mediocridade, ao contrario da capacidade de trabalhar como deve ser, aliás o próprio louvor que foi dado, como dizia uma pessoa no jornal “Coisas da Pontinha” fizeste um bom trabalho, agora vais para a rua que é para aprenderes, para a outra vez trabalha mal.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, da bancada do **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“No passado dia 16 do corrente, realizou-se em Santarém, o Encontro Nacional e Eleitos Locais, cujo objectivo principal foi discutir a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006.-----

Para este Encontro foram convidados os eleitos municipais e de freguesia, ao qual aderiram mais de 2000 eleitos que esgotaram a lotação do pavilhão do Parque de Exposições de Santarém.-----

Confesso que fiquei indignado com a ausência de autarcas do município de Odivelas, ou será que não tiveram conhecimento atempado deste Encontro? De certo que tiveram! Pelo menos a Senhora Presidente teve conhecimento e tempo suficiente para alterar a reunião de executivo. -----

Julgo saber que os eleitos da CDU, apenas tiveram conhecimento do Encontro, no dia e hora de início do mesmo. E pergunto, porquê? -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Ao contrário, em outros encontros, a mobilização era feita com muito cuidado, colocavam transportes à disposição dos eleitos, com o claro objectivo de reforçar as reivindicações. Agora, porque estão na posição de apoio ao Governo, não interessa fazer ondas! -----

Mas, se por um lado, se percebe a posição do PS, o mesmo não se compreende pela parte do PSD, ou será que o acordo também os impede de reivindicar? -----

O que importa reter é que perante uma situação gravosa para as autarquias, os eleitos de Odivelas, marcaram pela ausência neste Encontro. Talvez entendam que estas medidas não afectam as nossas autarquias! -----

Se esta proposta de Orçamento passar, com toda a sua carga negativa, é um prejuízo claro e evidente, como nunca aconteceu no pós 25 de Abril. Quero ver qual é a tradução disto no Orçamento Municipal. -----

Não podemos ignorar o que nos é proposto neste Orçamento de Estado. Aumento zero no Fundo de Equilíbrio Financeiro e mais encargos. -----

É necessário ter presente os aumentos salariais dos trabalhadores autárquicos, o agravamento da taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentações (de 10% para 13%), os efeitos do aumento do IVA (de 19% para 21%), entre outras questões mais ou menos gravosas. -----

Podemos concluir que o Governo se propõe subtrair aos cofres das autarquias, 110 milhões de euros, enquanto reserva para sua iniciativa, um “saco azul” com uma verba de 200 milhões de euros, para distribuir pelos amigos, como bem entender, à boa maneira do Estado Novo. -----

Indignados, os milhares de Eleitos presentes no Encontro Nacional, em Santarém, consideram inaceitável esta proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006, decidiram: -----

- 1. Reafirmar a defesa intransigente da autonomia do poder Local; -----*
- 2. Proceder ao devido esclarecimento das populações, através de todos os órgãos autárquicos, que a responsabilidade pela não concretização de investimentos concretos, não é das autarquias, mas sim, do Governo; -----*
- 3. Apelar ao Governo e à AR que corrijam, em nome do interesse nacional e do bom senso, esta Proposta de Orçamento de Estado; -----*
- 4. Apelar aos Deputados, em especial, aos que foram presidentes de câmara ou eleitos autárquicos, que votem contra os artigos 17º, 20º, 21º, 22º e 23º, da Proposta de Lei do Orçamento; -----*
- 5. Estar presentes na Assembleia da República, no dia e hora em que venha a ser definida a votação na especialidade; -----*
- 6. Colocar as bandeiras a meia-haste, nos edificios-sede das autarquias; -----*
- 7. Criar taxas e tarifas aplicáveis à Administração Central, com suspensão dos serviços, em caso de falta de pagamento. -----*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Perante a gravidade da situação a ANMP, vai solicitar uma reunião, de carácter urgente, ao Sr. Primeiro-Ministro, solicitando-lhe que corrija as injustiças previstas no projecto de diploma. -----

Caso as posições da ANMP não venham a ser acolhidas pelo Governo, esta convocará um novo Encontro Nacional de Eleitos para debater a situação e suas consequências para as Autarquias e suas populações, bem como, tomar medidas que possibilitem ultrapassar um dos mais difíceis momentos na vida do Poder Local Democrático.” -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Foi aqui feita uma alusão ao PSD, e se eventualmente, o acordo também contemplava a nossa ausência nestes encontros autárquicos. Eu tenho que lembrar ao senhor deputado Municipal, agora o senhor Presidente da Junta de Caneças, que nós somos o maior partido a nível autárquico, temos uma cultura democrática que já vem desde o 25 de Abril e não temos essa visão de centralismo que tem a CDU, isto que fique claro. -----

*Nós somos homens livres, todos recebemos as convocatórias, e eu na parte que me toca é devido às dificuldades económicas e do facto de ser dispendioso ir a Santarém. Não me deu jeito ir, foi só isso, não foi menos respeito, mas pelo contrário como sabia que estava bem representado por todos os autarcas do restante país, fiquei descansado. Os senhores é que têm essa preocupação de estarem a **marcar terreno**, **mas** essa preocupação não é a nossa.”-----*

Francisco Silva, pela bancada do **PS**, apresentou a Moção n.º 1, sobre o “**Dia Mundial da Luta Contra a Sida**”, que seguidamente se transcreve:-----

“Dia Mundial da Luta Contra a Sida-----

No próximo dia 1 de Dezembro será lembrado em todo o mundo a problemática do vírus da Sida.-----

Aproxima-se mais um dia Mundial de luta Contra a Sida.-----

Torna-se de extrema importância analisarmos alguns dos números que traduzem o flagelo desta epidemia que ameaça a Humanidade e exige uma estratégia de segurança à escala planetária.-----

- Há mais de 40 milhões de casos notificados de pessoas portadoras do vírus VIH;-----

- Estima-se que haverá entre 50 a 60 milhões de pessoas infectadas, sendo que mais de um terço destes casos são mulheres;-----

- A SIDA já matou mais de 25 milhões de pessoas desde que foi assinalada pela primeira vez em 1981;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- Estima-se que 3,1 milhões de pessoas tenham morrido com a doença no ano passado e outras 4,9 milhões tenham sido infectadas com o vírus;-----
- Mais de 14 mil pessoas são infectadas diariamente;-----
- Mais de 3,1 milhões de pessoas incluindo 570 mil crianças morreram este ano devido ao vírus;-----
- O número de infecções continua a subir, existindo actualmente 17,5 milhões de mulheres a serem portadoras do vírus;-----
- Em Portugal, apesar dos mais de 20 mil casos registados, o Relatório do Programa da ONU contra a Sida (ONUSIDA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) assinala uma notória diminuição de novos casos de HIV em consumidores de drogas por via endovenosa, que constituíram um pouco mais de um terço dos novos diagnósticos de infecção em 2004;-----
- Em Odivelas, 61 pessoas estão a ser acompanhadas até à presente data, prevendo-se um aumento de mais 10 pessoas até ao final do ano;-----
- Este é um exemplo concreto da necessidade de uma coordenação solidária nas orientações políticas e nas medidas concretas e não de atitudes unilaterais.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas entende assim apresentar as seguintes recomendações:-----
Torna-se imperioso, perante a “globalização” do problema da SIDA, adoptar uma estratégia de combate, também ela global, que passe pela implementação de políticas concertadas, nomeadamente a nível da prestação dos cuidados de saúde e medicamentosas, mas sobretudo por uma forte aposta na prevenção;---
As autoridades nacionais devem, para além de apoiar e integrar a estratégia global de combate ao flagelo da SIDA, tomar as medidas adequadas à nossa realidade e particularidades, que passam certamente por uma forte aposta na prevenção” -----

Pelas 21h28m, foram interrompidos os trabalhos.-----

Pelas 21h49m, foram retomados os trabalhos, tendo usado a palavra os seguintes Deputados Municipais:--

Carla Correia, pela bancada do **PS**;-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**;-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**;-----

Miguel Soares, pela bancada do **CDU**;-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada do **CDU**.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do 2º Secretário, apresentou a Moção nº 2, sobre “Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres”, que seguidamente se transcreve. -----

Moção -----

“Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra as Mulheres”-----

Considerando que: -----

O dia 25 de Novembro foi designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (em 17 de Dezembro de 1999) como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.-----

Estas datas servem, mais que não seja, para que um dia por ano se fale, se escreva, se veja, e se procurem explicações para um flagelo social que durante os restantes dias do ano passa despercebido. ----

Com efeito, hoje o tema já não é notícia mas de acordo com as estatísticas conhecidas, neste preciso momento várias pessoas são vítimas de violência. A maioria dessas pessoas são mulheres, não obstante existirem casos em que a vítima é o homem. -----

A violência pressupõe sempre um agressor versus uma vítima. Relação decorrente de uma desigualdade, mais do que de força física, de uma desigualdade de poder. Por essa razão, a violência pode revestir diferentes formas, ainda que a mais evidente, por mais visível, seja a violência física. -----

Praticamente todas as culturas do mundo contêm formas de violência sobre as mulheres que são quase invisíveis, porque são admitidas como “normais” ou “habituais”. É a violência socialmente aceite. -----

A violência no seio da família assume formas diferentes - desde a agressão física à agressão psicológica, como intimidação e humilhação, incluindo vários comportamentos controladores, tais como, isolar a pessoa da sua família e amigos, controlar e restringir os seus movimentos e o acesso à informação ou ajuda. -----

Pelo menos uma em cada três mulheres, ou um total de um bilião, foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais, ou abusadas de uma forma, ou outra, nas suas vidas. Normalmente, o abusador é um membro da sua própria família ou alguém conhecido. (E,L Heise, M Ellsberg, M Gottemoeller, 1999). Estes são os resultados de um estudo efectuado em 1999 e divulgado pela A. I. (Amnistia Internacional). -----

No espaço europeu, calcula-se que uma em cada cinco mulheres seja vítima de violência doméstica e o Conselho da Europa afirma que esta representa a maior causa de morte e invalidez entre as mulheres dos 16 aos 44 anos. -----

Portugal tem uma das taxas mais elevadas de violência contra a mulher na Europa. Cruzando os dados avançados pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham nesta área, sabe-se que uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica e uma em cada quatro sofre abusos sexuais às mãos do marido, companheiro ou familiar, estimando-se que apenas cerca de 1% apresente queixa. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O mais grave, e inadmissível, porém, é o facto de em consequência destes actos de agressão morrerem, em média, quatro mulheres portuguesas por mês (dados publicados pela A.I.) -----

Não é fácil saber-se a extensão deste problema, até porque muita da violência contra as mulheres é violência exercida em casa – a violência doméstica - fora da vista de terceiros e muitas vezes escondida e até negada pelas próprias vítimas. Vítimas que, repetidas vezes, desculpam e acreditam que esta será a última vez e por isso, em nome de tanta coisa (da família, da vergonha, da religião, do medo, etc. etc.), dão sempre mais uma oportunidade, na esperança de que o agressor se emende e não volte a atacar. -----

No entanto, quando a coragem fala mais alto e pretendem por termo à situação, salvo algumas excepções, estas mulheres não têm para onde ir e necessitam de apoios diversos. -----

É neste contexto que os serviços públicos, quer a nível central quer a nível local, não tendo conseguido prevenir este flagelo social têm o dever de actuar para minimizar os seus efeitos. Não podendo, ou não querendo fazê-lo directamente, podem e devem fazê-lo através do apoio a organizações sociais, de que a A.I. e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, são exemplos. -----

E se isto se passa no mundo e em Portugal, também se passa no Concelho de Odivelas. -----

O gabinete que a APAV tinha a funcionar na freguesia da Pontinha foi encerrado e só muito recentemente, no passado mês de Julho, reabriu em Odivelas. Entre Julho e Setembro este gabinete recenseou 23 novos casos, dos quais mais de metade referem-se a violência doméstica. E não se pense que a violência doméstica é um exclusivo das classes sociais mais pobres, pois mais de metade dos casos recenseados vêm das classes média e média alta. -----

Esta é a realidade que se conhece, mas tudo indica que é uma leve amostra daquela que se desconhece. --

O gabinete da APAV é um local onde as vítimas podem queixar-se e ser ajudadas. Funciona de 2ª a 6ª feira das 14 às 17 horas. Mas a violência não tem horário e por isso este atendimento é insuficiente para as necessidades das e dos Odivelenses. Tem de ser estendido a mais dias da semana e a mais horas por dia. Por tudo o que está dito e pelo muito que ficou por dizer sobre este grave problema que afecta a sociedade portuguesa em geral e o nosso Concelho em particular, urge aqui perguntar: -----

Propõe-se que o poder local do nosso Concelho, dentro das suas competências e em articulação com os serviços do poder central, tome medidas para que a violência sobre as mulheres, sob todas as formas e em particular a violência doméstica, seja erradicada. -----

É necessário que se transforme o dia 25 de Novembro na data em que se fale e se escreva sobre a violência como algo que pertenceu ao passado. Isso só será possível num mundo menos desigual, num Portugal mais justo. Façamos o que está ao nosso alcance. Começemos pelo Concelho de Odivelas.” -----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

“Ainda a propósito desta atribuição de tempos, eu queria dizer aos Senhores Deputados das restantes forças políticas, que o Partido Socialista terá todo o gosto em pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, que em assuntos de interesse, especificamente local, para o Município, o PAOD seja prolongado, ou se dê tempo às outras forças políticas, caso não o utilizemos para discutir assuntos de interesse local. ----- Agora para ouvir intervenções políticas do cariz que ouvimos aqui em que só faltou chamar ao Sr. Primeiro Ministro um Chausesco ou um Bresnev, de facto os senhores deputados tenham paciência.”-----

Pelas 22h05m, foram interrompidos os trabalhos.-----

Pelas 22h17m, foram retomados os trabalhos.-----

As Moções supra mencionadas foram colocadas à votação, tendo as mesmas sido admitidas à discussão por Unanimidade, tendo usado a palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Não deixa de ser curioso o tema que a moção da CDU abordava, é um tema muito importante do ponto de vista social, e contrariamente à ideia que se tinha, de que podia ser um ataque directo a forças políticas representadas nesta Assembleia, era apenas para alertar uma vez mais, as pessoas e esta Assembleia para este flagelo social, que é a violência contra as mulheres e nomeadamente, a violência doméstica dentro de quatro paredes. -----

Nesse âmbito, a CDU apresenta esta moção, com o objectivo de que a nível local e tanto quanto possível em competências próprias em articulação com o poder central, o município de Odivelas possa contribuir, para tanto quanto possível, também diminuir ou erradicar completamente este flagelo social, da violência contra as mulheres. -----

E como tal está apresentada a nossa moção que espera concerteza ter a melhor aceitação.”-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“São de facto documentos deste tipo, bem elaborados, referentes a assuntos de grande importância neste caso para as mulheres e, infelizmente a situação que é aqui retractada é uma situação verdadeira, que todos conhecemos, e os mais atentos sabem que realmente isto é um flagelo a que urge tomar medidas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

para minimizar este tipo de situações, estamos perfeitamente de acordo com esta situação e congratulamo-nos com os proponentes, de facto fizeram uma boa moção. -----

Apenas uma referência, em relação a um parágrafo, em que diz que o Gabinete que a APAV tinha a funcionar na Junta de Freguesia da Pontinha foi encerrado. Não sei se V. Exas. sabem, está aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, porque é que o Gabinete foi encerrado, o Sr. Presidente cedeu as instalações da Junta para que funcionasse aí o gabinete da APAV, de facto funcionou durante algum tempo, na altura o Sr. Presidente da Câmara de Loures, referiu à freguesia da Pontinha, que tinha um protocolo de delegação de competências com a freguesia, e que não podia a freguesia ceder as instalações a associações de cariz social, portanto que não fizessem parte dos órgãos municipais, e foi por essa razão que a APAV não continuou a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia, tirando este pequeno problema, muito bem pela moção, parabéns votaremos a favor.” -----

Após este período, as **Moções** foram colocadas à votação, tendo as mesmas sido **Aprovadas por Unanimidade.**-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, apresentou uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----

“Nós estamos de acordo com esta moção apresentada pela CDU, e tenho que dar os parabéns à CDU, porque de facto o Partido Socialista deixou passar aqui o penúltimo parágrafo, nem sei como, mas pronto, a gente também não tem culpa. Sinceramente, agora que já votámos não vale a pena, mas os senhores vão ter ainda que aprender um pouco acerca disto, é “que dentro das suas competências”, devia ser acrescentado, e “dentro das suas possibilidades” também, e os senhores não repararam nesse pormenor.” -

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, apresentou um requerimento que seguidamente se transcreve: -----

“Solicita-se uma informação relativa ao processo da APAV. -----

- *Instalação na Freguesia na Pontinha; -----*
- *Encerramento das instalações da Pontinha; -----*
- *Processo decorrente até à Reabertura em Odivelas. -----*

Informação que se solicita seja datada por forma a suprimir aproveitamentos e confusões passíveis face à falibilidade da memória. “-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os devidos esclarecimentos às questões levantadas pelos Senhores Deputados Municipais, que seguidamente se transcreve:-----

“Em relação à questão das instalações, como sabem, durante quatro anos como Presidente da Assembleia Municipal, fui interlocutora privilegiada nesse processo. Mais do que ninguém apercebi e inteirei-me das dificuldades de funcionamento desta sala, que não é uma sala adaptada para o funcionamento de uma Sessão da Assembleia Municipal. Portanto, o que irei obviamente tentar, em coerência do que defendia no passado, é procurar um projecto que se adapte facilmente a estas Sessões da AMO, e que permita ter bancadas adaptadas também ao espaço disponível. Debato-nos, de facto, com um problema de espaço da própria sala, mas em conjugação com o Sr. Vereador Vítor Peixoto, e com o DOM, iremos encontrar um projecto adequado para que tenham condições logísticas de funcionamento, para terem os vossos documentos e os vossos dossiers, perfeitamente acondicionados e facilmente manuseáveis. -----

Em relação à questão das “Horas - extraordinárias”, penso que isso já foi bastante disseminado, mas volto a explicar: Quando entrei em funções - decorrida uma semana - fui confrontada com o facto da Rubrica do Orçamento relativa às “Horas – extraordinárias” estar praticamente esvaziada. Esta situação carece, obviamente, de uma alteração orçamental - que vai ser aprovada amanhã, na Reunião de Câmara - para o reforço desta como de outras rubricas. O que, aliás, se tentou fazer para não prejudicar os trabalhadores. Mas, de facto, isso coincidiu com o mês de Novembro, onde os funcionários receberam o seu salário, o subsídio de Natal, e quinze dias do processamento de horas - extraordinárias, portanto foi isso que aconteceu. Obviamente que o correcto era pagar o mês, mas pagou-se os quinze dias. Felizmente foi no mês de Novembro, onde houve a compensação do subsídio de Natal, e é isto que eu posso dizer. Lamento o facto, mas foi alheio à minha vontade. -----

Como disse, apenas tomei conhecimento uma semana mais tarde da Tomada de Posse, e logo providenciei para se fazer essa alteração orçamental, para que em Dezembro a situação esteja debelada e não prejudique os nossos trabalhadores. -----

Em relação à Missa Solene: ocorreu nos últimos anos, se bem me lembro, nunca teve qualquer tipo de objecção ou reparo. Eu própria, e o Sr. Vereador Ilídio Ferreira, comentámos que em anos posteriores não haverá problemas em fazermos uma iniciativa na Comunidade Islâmica, ou um encontro ecuménico. Haverá muitas hipóteses de celebrarmos o nosso Aniversário. -----

É certo que o Estado é laico, a nossa Comunidade é marcadamente católica, mas isto não significa obviamente o desrespeito pelas outras religiões, uma vez que tem sido apanágio deste, e do anterior, Executivo Municipal uma relação de muita proximidade, à qual pretendo aliás dar continuidade, com todas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

as forças religiosas da Comunidade Local do Concelho, que têm dado um excelente contributo em termos sociais. -----

Relativamente às Empresas Municipais, penso que também as questões já foram clarificadas, mas volto a precisar: As Empresas Municipais, e os seus Órgãos Sociais, têm um mandato que coincide com o mandato autárquico, é isso que decorre da “Lei das Empresas Municipais”. Iniciou-se um novo ciclo político, nada mais lógico que essa renovação surja, não só em termos de Executivo, mas também em termos de Órgãos Sociais, a mudança não significa necessariamente avaliações negativas de desempenho. Por isso, os “Votos de Louvor” que este Executivo aprovou, significam apenas a vontade de renovar. E o PS dedicou especial atenção no que diz respeito aos seus Vogais - quer na Odivelgest, quer na Odivelcultur - em não serem pessoas sequer ligadas ao “aparelho político”. São personalidades que desenvolvem funções relevantes na Sociedade Civil, por forma a não existirem críticas pelo excesso de partirização, da qual as Empresas Municipais poderiam ser objecto de interpretação. -----
Eram apenas estas pequenas explicações e clarificações que queria deixar a este Plenário.” -----

Todas as intervenções supra mencionadas serão transcritas em sede de Acta, caso se justifiquem ou tenham sido solicitadas.-----

Após este período, o **Senhor Presidente** deu então início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada.-----

PONTO 1 - IMI (IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2006)-----

Presente para deliberação, a Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano de 2006, conforme informação n.º 43/DFA/JF/2005, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 2ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 16.11.2005, que seguidamente se transcreve -----

“**INFORMAÇÃO:**-----

Nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de Novembro, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis actualmente em vigor, são as seguintes:-----

Prédios rústicos : 0.8%-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Prédios urbanos : 0.4% a 0.8%-----

Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0.2% a 0.5%-----

O n.º 4 da referida disposição legal, dispõe que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixem a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo.-----

Tendo em conta:-----

- a necessária prossecução da política de contenção e consolidação financeiras deste Município, o cenário macro-económico do País e a situação das Finanças Públicas que afectam obviamente a autarquia, bem como a manutenção do valor da participação do Município nos impostos do Estado prevista para 2006 (€ 14.443.197,00), propõe-se;-----

- que as taxas a fixar nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2006, sejam em tudo idênticas, às que vigoram no ano em curso:-----

- prédios rústicos: 0.8% (fixado por Lei) -----

- prédios urbanos: 0,7%-----

- prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%-----

A Assembleia Municipal deverá deliberar sobre a matéria nos termos do n.º 8 do artigo 112º do Código citado.-----

A deliberação terá de ser comunicada à Direcção Geral de Impostos, até 30 de Novembro, para que as taxas vigorem no ano seguinte. “A contrario”, não haverá enquadramento legal que viabilize a sua cobrança.-----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE:-----

Concordo com o proposto-----

1) À reunião de CM de 16.11.2005, integre-se na Ordem de Trabalhos -----

2) Carece de deliberação da Assembleia Municipal”.-----

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Deputados Municipais:-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**. -



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**. -----

Mário de Sousa, pela bancada do **PS**;-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Relativamente às propostas da CDU e à confusão gerada com a proposta, provavelmente o Sr. Deputado do PS referia-se à proposta, que a CDU apresentou antes de formulada e votada em reunião de câmara para chegar à Assembleia, a que está neste momento é a do executivo. -----

De facto gerou-se a confusão mas pelos vistos não foi só com os deputados da CDU, estendeu-se à bancada do PSD, está reposta a legalidade, ganhou as eleições o PS, o executivo é do PS, e o PSD está em acordo com o PS, é a realidade, portanto a confusão creio eu, está esclarecida. -----

No que se refere à questão do IMI, a CDU é um grupo parlamentar responsável, e é nesse grupo que eu me integro, brincadeiras à parte, quando faz a proposta de baixar o IMI, não é dizer uma coisa num contexto e dizer outra noutro contexto. O que acontece, de facto, na realidade de Odivelas, e é desse que estamos a falar, é que com o aumento dos fogos, baixando a taxa do IMI, o Município arrecada a mesma receita, e isto é que devia ser dito por quem ganhou as eleições, e por quem fez acordo com quem ganhou as eleições, e em campanha prometeu coisas diferentes. -----

Com maior número de fogos, e com uma taxa do IMI reduzida o Município irá arrecadar, ou iria arrecadar, se tivesse aprovada a proposta da CDU, a mesma receita, e assim cumpriria uma promessa eleitoral, quem ganhou as eleições, cumpriria também, quem votou a favor com a proposta que vem hoje aqui e que vai ser aprovada, todos nós sabemos, porque a CDU vota contra, mas o resto vota a favor, e portanto estamos aqui um pouco a falar por falar, mas para que conste, a CDU é de facto um grupo parlamentar responsável. -----

O município não perderia um cêntimo, se baixasse a taxa do IMI dentro da proposta da CDU, o que acontece, é que agora, o Município vai arrecadar mais, mantendo as taxas do ano passado. -----

E porque de facto, o Município do ponto de vista financeiro parece estar mal, e aí embora todos possamos fazer requerimentos a pedir esclarecimentos, aquilo que foi prometido também pela CDU, em campanha eleitoral é uma vistoria às contas da Câmara, ainda não foi possível, e em bom rigor, nós não podemos quantificar, quanto mais, vai o município arrecadar mantendo as taxas do IMI. -----

A verdade é que, no momento em que em termos nacionais todos os portugueses sofrem com os impostos, o Município de Odivelas, que é um Município jovem, podia olhar para o futuro, e dar um prémio aos seus munícipes, baixando a taxa do IMI um por cento, e ainda assim arrecadando a mesma verba, aqui é que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*está a diferença, e se assim não for, o executivo que o demonstre, porque com tanto que se construiu, e com tanta taxa sobre fogos novos, chegamos lá da mesma maneira, não perdendo um cêntimo. -----
Esta era a fundamentação da proposta da CDU, não com irresponsabilidade, e não, porque faz uma coisa quando é poder e outra quando está na assembleia, mas sim, porque é um grupo parlamentar responsável, e porque os Srs. Vereadores têm de fazer o que prometeram ao povo de Odivelas, em campanha, tem de defender os interesses e as promessas eleitorais. -----
Por isso é que a CDU vota contra esta proposta, porque acha que os munícipes vão ser penalizados, este imposto substitui outros impostos, e com este novo imposto o Estado Português arrecada mais dinheiro do que aquele que arrecadava com os impostos anteriores, e agora que o IMI é para as Câmaras, as Câmaras arrecadam mais dinheiro, e se têm mais base de tributação, arrecadam mais dinheiro. -----
É nesta base que foi a proposta da CDU, não é para brincar aos impostos, andamos aqui em momentos hilariantes, às vezes a brincar, mas nos momentos que as coisas são sérias, era dizer isto a quem está ali a assistir, à população de Odivelas, que pagando menos um por cento o município não perdia um cêntimo, aqui está a diferença da proposta da CDU.” -----*

Carla Correia, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Com a intervenção da bancada da CDU, eu fiquei com a ideia, de que estão a propor taxas inferiores porque é irrelevante, ou seja, quer a taxa seja superior ou inferior, não! Pode ser inferior porque o Município receberá o mesmo que recebeu o ano passado, a taxa pode ser inferior porque recebe o mesmo ou mais, não há necessidade de a estar a aumentar, eu sou jurista, não sou economista, tenho alguma dificuldade em reportar números e percentagens, de qualquer forma esta conclusão vem de onde? vem do facto de haver um grande crescimento, uma grande construção, mais fogos em Odivelas, e haver muito mais gente a viver. Não nos podemos esquecer da isenção, há aqui um período de isenção considerável, atendendo a que ele é para imóveis abaixo dos duzentos e cinquenta mil euros. -----
De qualquer forma, entendemos que é grave dizer-se que a Câmara Municipal de Odivelas sonega a informação, eu sou Deputada Municipal, como todos os Senhores, se a Câmara sonegar informação, eu tenho meios ao meu dispor que me permitem solicitar essas informações. -----
Além disso prometer todos os anos uma taxa inferior, também não é complicado, nós podemos prometer tudo o que quisermos, se soubermos que não temos de cumprir, a nossa responsabilidade é muito menor quando não decidimos, é muito simples prometermos abaixo, quando sabemos que não temos obrigação de o cumprir.” -----*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Lúcia Lemos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção em **defesa da honra**, relativamente á intervenção da Deputada Carla Correia, que seguidamente se transcreve: -----

“Do ponto de vista político somos caloiras, estamos a aprender a Sra. Deputada e eu, portanto, temos essa vantagem, não ofendeu a minha honra, não é por tão pouco que espero que a minha honra seja ofendida, mas um principio político dos Deputados da CDU, e esse ofendeu, é que prometem porque sabem que não vão cumprir, é preciso não esquecer nomeadamente a bancada do PS que por muito pouco não é a CDU que está na presidência da Câmara, é preciso não esquecer, e aí sim, aí é que poderiam ver se a CDU prometia e não cumpria. -----

O que de facto se vê é que em campanha o PS e o PSD, agora por arrastamento, prometem sabendo que não vão cumprir e depois com factos, acabou de se ver, a Câmara está mal. -----

Agora a CDU promete na expectativa de que irá cumprir, poderia até chegar à conclusão de que não poderia cumprir, eventualmente os factos da pesada herança não permitiriam, mas era na posição de que iria cumprir, portanto, a honra é defendida neste aspecto. -----

Também na política há um mínimo de ética, nem que seja pelo mínimo de Kant, ela tem de ser cumprida, e neste sentido, quando se diz que é fácil prometer na oposição, porque se se fosse poder não se fazia, é preciso primeiro a quem se acusa seja poder, para depois então ser confrontado com essa incongruência, e é nesse sentido, Senhora Deputada que a honra pode estar afectada, e muito sumariamente é preciso que ela seja defendida.” -----

Francisco Silva, pela bancada do **PS**;-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com os votos contra da bancada da CDU e com abstenção da bancada do BE, **a Fixação das Taxas do Imposto Municipal de Imóveis a cobrar em 2006 sendo: -----**

- **Prédios rústicos: 0,8% (fixado por lei); -----**
- **Prédios urbanos: 0,7%; -----**
- **Prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis: 0,4%.-----**

Foram apresentadas pelos Deputados Municipais: **Luís Salmonete, Jorge Ramos Silva, José Falcão e Fátima Amaral**, pelas bancadas do **PSD, do PS, do BE e da CDU**, respectivamente, **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

“Quando da introdução do IMI e da aplicação dos mecanismos de actualização dos valores matriciais, tivemos noção que caminhávamos para um agravamento dos valores a pagar pelos proprietários, e fizemos questão na altura e no momento próprio, nesta Assembleia Municipal, para alertar para esse facto. ----- Diz-nos a experiência de que normalmente quando é introduzido um novo imposto a tendência é para o agravamento. -----

No entanto, existe uma situação perversa que é a de os Governos deixarem nas mãos das autarquias a aprovação da taxa a aplicar ao mesmo tempo que vão continuamente diminuindo as verbas a transferir, o que origina a que não haja muita margem de manobra na aprovação desta taxa. -----

Por outro lado, ainda não temos neste momento números que nos permitam avaliar em toda a sua extensão o impacto deste recente Imposto, não temos ainda a certeza de que o aumento de receitas da Câmara se deve ao facto de: -----

- *Ter aumentado o imposto; -----*
- *A actualização do valor das matrizes; -----*
- *O universo dos contribuintes ter aumentado. -----*

Ou, se estamos perante uma conjugação destes três factores. -----

Se é verdade que, por um lado, temos obrigação de não penalizar excessivamente os nossos munícipes, por outro temos que, responsabilmente assumir o funcionamento da autarquia. -----

O realismo da proposta aqui defendida é idêntico ao da esmagadora maioria das autarquias da Grande Área Metropolitana de Lisboa. -----

Até estar completamente definida a amplitude e o impacto deste imposto, a manutenção da aplicação das taxas de 0,7% e de 0,4%, já de si inferiores em 0,1% relativamente ao máximo permitido, parece-nos razoável, e daí a razão do nosso voto favorável.”-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**; -----

“O Grupo do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta das taxas do IMI para o ano de 2006 por considerar: -----

Não ser provável, neste início de novo mandato, efectuar alterações que de alguma forma possam pôr em risco as receitas do Município, que todos sabemos essenciais à regularização de compromissos anteriores bem como à libertação de meios para futuros investimentos; -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Que uma mais justa aplicação deste imposto passa por uma avaliação criteriosa da sua incidência nas diversas situações que abrange, que poderá conduzir, futuramente, à aplicação de critérios diferenciados que se traduzam em mais equidade fiscal; -----

Não ter havido qualquer majoração em relação às percentagens em vigor e que, no actual contexto de dificuldades a nível Nacional e Municipal se nos afigura bastante positivo.” -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; -----

“O Bloco de Esquerda entende que não pode votar favoravelmente, pois esta proposta devia ter sido acompanhada por uma explicação, devia ter sido sustentada em números que explicassem a proposta. -----

Onde é que incide? -----

Porque é que não baixa, quando durante a campanha Eleitoral tal foi prometido às pessoas, nomeadamente, pelo PSD (que agora recua na primeira vez que podia começara cumprir o que prometeu) -

Tem que haver um estudo minucioso sobre as contas da Câmara! -----

Por isso o nosso voto é a abstenção.” -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**; -----

“A carga fiscal que pesa sobre os portugueses é não só pesada como é conhecida a sua característica peculiar de sempre conseguir sobrecarregar os que menos têm e conseguir quase não tocar nos que mais têm. A política fiscal dos últimos Governos embora penalizando fortemente os que vivem dos rendimentos de trabalho, tem em geral, confrontado os portugueses com sucessivos aumentos de impostos directos e indirectos, que se traduzem na diminuição real do poder de compra das famílias portuguesas, nomeadamente com o estabelecimento do IVA em 21%. -----

É sabido que neste país a política de habitação tem sido incapaz de dar resposta às necessidades dos cidadãos, o mercado de arrendamento é ineficaz e as famílias, de um dos países mais pobres da união Europeia são empurradas para a compra de habitação, vendo-se obrigadas a um esforço financeiro que para muitos milhares é difícil de comportar e que lhes hipoteca cada vez mais, não o futuro, mas o presente.

Por outro lado as autarquias são cada vez mais espoliadas de receitas e obrigadas a assumir cada vez mais responsabilidades e algumas, por cumplicidades partidárias esquecem-se de lutar e de exigir ao governo o ressarcimento financeiro pelos custos de instalação, como é o caso de Odivelas. -----

Mais uma vez se repete na proposta de orçamento para 2006 o não cumprimento da Lei das Finanças Locais e retiram-se às autarquias 100 milhões de euros e ao mesmo tempo cria-se um saco azul com 200



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

milhões de Euros reintroduzindo-se na relação Estado-Autarquias a política de participações de Salazar e do Terreiro do Paço. -----

-

A CDU, porque considera que a política de equilíbrio financeiro do orçamento de estado e do município não pode ser feita à custa do agravamento do custo de vida da população, nomeadamente a do Concelho, propôs na Câmara que as taxas a fixar fossem para os prédios rústicos: 0,8% (fixado por Lei), para os prédios urbanos: 0,6% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3%. Proposta recusada pelos vereadores do PSD e do Partido Socialista na Câmara. -----

Entendem os deputados municipais da CDU que não há razões válidas para manter índices tão elevados do IMI no Concelho de Odivelas. O Partido Socialista e o Partido Social Democrata ainda há dois meses, afirmaram ao eleitorado, a sua intenção de baixar esses valores, rapidamente esqueceram mas, não podem ignorar que a receita que o município tem vindo a arrecadar com este imposto tem sido sempre superior ao orçamentado o que numa política de seriedade e respeito para com os cidadãos aconselharia a aplicação de índices mais baixos. -----

Quanto a nós só podemos ter a posição de votar contra.” -----

PONTO 2 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 01/AM/2005-2009 – ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS.-----

Presente para deliberação, a proposta de alteração do anexo I do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com o proposto na Deliberação n.º 01/AM/2005-2009, que seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que é da competência da Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu Regimento, conforme o disposto no artigo 53º n.º 1-b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro; -----

considerando que, nos termos do artigo 45º n.º 5 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o art. 77.º n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal, enquanto não for aprovado e publicado o novo Regimento, continuará em vigor o anteriormente aprovado; -----

considerando que, em função dos resultados eleitorais obtidos nas últimas eleições autárquicas, é necessário, desde já, proceder à alteração ao anexo I do referido Regimento, propõe-se a seguinte redacção:-----

Anexo I -----

Distribuição de Tempos de Intervenção -----

Período de “Antes da Ordem do Dia” -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PS – 21 m -----

CDU – 17 m -----

PSD – 17 m -----

BE – 5 m -----

b) Primeiro ponto da “Ordem do Dia” das Sessões Ordinárias: -----

PS – 21 m -----

CDU – 17 m -----

PSD – 17 m -----

BE – 5 m -----

O anexo I, após aprovação, deverá ser inserido no Regimento em vigor.” -----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

João Figueiredo, pela bancada da **CDU**, apresentou uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----

“Em relação à Proposta de Alteração do Anexo I do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, que compreende a Distribuição de Tempos de Intervenção, a Coligação Democrática Unitária votará a favor, mas apenas aceitará esta distribuição dos tempos até à aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal. -----

Consideramos que a atribuição deve ser feita de outro modo devendo ser valorizado o peso individual de cada membro deste órgão, através da divisão da hora pelo número de elementos da Assembleia, multiplicando o número de eleitos que cada bancada tem, para a atribuição do tempo de bancada. -----

-

Como consideramos que nenhuma bancada deverá ter um tempo inferior a cinco minutos terá que haver os necessários ajustamentos.” -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 3 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 02/AM/2005-2009 - CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS E FREGUESIA.-----

Presente para deliberação, a Criação do Grupo de Trabalho para elaboração de uma Proposta de Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesias, de acordo com o proposto na Deliberação n.º 02/AM/2005-2009, que seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia está consagrado na alínea c) do n.º 6 do art. 64.º e no n.º 1 do art. 66.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o art.º 53º, nº1, alínea j) da referida Lei e com a alínea t) do n.º 3 do art. 4.º do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas; ----- considerando que a Assembleia Municipal pode deliberar sobre a constituição de Grupos de Trabalho, nos termos do art. 65º n.º 1 do seu Regimento. -----

Nestes termos propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- 1. Constituir um Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração e discussão da proposta de Protocolo da Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia. -----*
- 2. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por sete membros, sendo 2 representantes do PS, 2 representantes da CDU, 2 representantes do PSD e 1 representante do BE. -----*
- 3. Mais se delibera que seja solicitado à Senhora Presidente da Câmara Municipal, a designação dos representantes daquele órgão no Grupo de Trabalho acima referido.” -----*

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Era apenas para fazer uma adenda a esta proposta, que era no sentido de que este Grupo de Trabalho fosse constituído no âmbito da Comissão do Poder Local, isto é para acompanhamento do protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Nessa Comissão Especializada do Poder Local estão habitualmente representados os Srs. Presidentes da Juntas de Freguesia das várias forças políticas, os que foram eleitos, os que não foram têm representantes, e pensamos que este tipo de trabalho, de acompanhamento do protocolo interessa muito particularmente às Juntas de Freguesia e que poderá ser feito de facto a partir da Comissão do Poder Local. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Era essa proposta que deixava à Assembleia. “ -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que a proposta acima referida, deve dar entrada na mesa. -----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

“A questão do protocolo da delegação de competências é uma questão de poderes e de competências de órgãos, ora bem uma coisa são as competências da Assembleia Municipal, outra coisa são as competências da Câmara Municipal. -----

Esta proposta começou por vir, que era para elaboração, depois alterou-se um bocadinho era para acompanhamento de elaboração, mas eu continuo a questionar que isto não pode ser assim. -----

De facto há aqui diferentes competências, competências da Câmara e competências da Assembleia Municipal. -----

A competência da Câmara é fazer ela o protocolo, é a sua competência ou por outro, o modelo de protocolo, se assim o quiserem, e depois este modelo de protocolo vem se pretender e eu concordo plenamente com isso, para ser apreciado pela Assembleia Municipal, no âmbito ou de um grupo de trabalho ou como disse e muito bem o Sr. Deputado Ramos Silva, por economia de meios, se existe uma comissão do poder local, penso que é o órgão próprio para digamos estudar esse modelo que é feito pela Câmara, e depois proporá essa comissão ou o grupo de trabalho, as alterações que entender regressa à Câmara, quando ela der o seu modelo final, regressa à Assembleia Municipal para ser aprovada ou não. -----

A Assembleia Municipal ou aprova ou não aprova o modelo que a Câmara fizer, agora um grupo em que integre elementos da Assembleia Municipal, seja numa comissão ou num grupo de trabalho, elementos da Câmara Municipal, isto não. -----

*Isto é uma mistura de competências, isto não faz sentido nenhum, a Câmara faz, a Assembleia fiscaliza, e portanto neste caso eu não concordo que isto seja assim, o modelo de protocolo deve ser elaborado pela Câmara no uso das suas competências e depois esse modelo poderá então vir à Comissão do poder local ou um grupo de trabalho que proporá as alterações, regressa à câmara, e depois vem à Assembleia Municipal, sim ou não.” -----

-----*

Fátima Amaral, da bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Em relação a esta proposta do PS, nós não vimos inconveniente nisto, desde que, de facto da discussão desta matéria, não sejam afastados os deputados municipais que exercem a função de Presidentes de Junta, na medida em que têm um conhecimento directo e terão uma envolvimento directa no ultimar deste protocolo e na assinatura deste protocolo. -----

Portanto, pode acontecer que na Comissão do Poder Local, de facto, sejam os Presidentes de Junta e no caso da bancada da CDU, as duas pessoas que vamos indicar são dois Presidentes de Junta para essa comissão, penso que então ainda mais as bancadas deverão ter esta responsabilidade, de facto indicar para essa Comissão de apresentar Presidentes de Junta por forma a que isto nesse âmbito possa ser tratado. -----

A nós também nos parece que do ponto de vista processual as coisas se devam passar como referiu o Deputado Municipal João Carvalho do PSD, a questão aqui, e eu penso que por isso é que a proposta vinha nesse sentido, também por razões de economia de meios nos pareceu, pelo menos foi esse o funcionamento em anos anteriores, que se ganhava em ter logo á partida a envolvimento de todas estas entidades na discussão de todo este processo. -----

E efectivamente ganha-se, por que a experiência tem-nos dito que ás vezes, coisas que são só feitas ou pela Assembleia ou pela Câmara, que depois tem reflexos noutros órgãos, não têm atenção, neste ou naquele aspecto e depois vem para a Comissão e depois vai outra vez pata trás, temos vários casos destes que têm surgido com várias coisas. -----

Processualmente não temos dúvidas que é assim que deve ser feito, como não vai ser o primeiro protocolo, como já vai ser trabalhar de alguma forma, em cima do protocolo existente, com os acertos e ajustamentos necessários, não sei se, para nós muito sinceramente, nem levantamos problema que se mantenha o modelo anterior nem temos dúvidas nenhuma que processualmente é correcto ser assim, agora de facto pode-se ganhar á partida na base das coisas estarem envolvidas as várias entidades.” -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, leu a proposta que entrou na mesa, subscrita pelo Grupo do PS, que seguidamente se transcreve: -----

“Propomos que o Grupo de Trabalho para acompanhamento da aplicação do Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Odivelas nas Juntas de Freguesia seja constituído no âmbito da primeira Comissão Especializada da Assembleia Municipal de Odivelas Poder Local Ordenamento do Território e Segurança das Populações.-----

Meus caros amigos perdoem-me o formalismo, mas ainda não estão constituídas as Comissões Permanentes, se de facto se desenha aqui um consenso de que venha a ser esta proposta aprovada, eu sugiro que entremos no ponto 4, que votemos a constituição das Comissões e regressemos ao ponto 3 para



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

votar esta proposta, porque de facto não nos podemos estar a remeter para uma Comissão que ainda não está constituída, que ainda nem existe no âmbito da Assembleia Municipal de Odivelas.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, da bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Tudo o que aqui foi dito praticamente está correcto, mas não se esqueçam que quem vai trabalhar diariamente com a Câmara são as Juntas de Freguesia, e depois não mandem os técnicos dizer que é assim e assado, politicamente as coisas podem não correr tão bem, se não forem taxativamente regularizadas perante a Câmara e as Juntas de Freguesia. -----

*A Assembleia pode dizer sim senhor, e depois vamos para o terreno e os presidentes de junta, não senhor, isto não pode ser assim, acho que o correcto, independentemente de comissões ou não, deverá haver uma reunião da Sra. Presidente da Câmara, com os Presidentes de Junta, de principio, como base, é assim que eu acho e entendo.” -----

-----*

Fátima Amaral, da bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Esta intervenção do Sr. Deputado José Guerreiro, suscitou-nos de facto aqui uma questão, que penso que têm que existir, independentemente desta comissão que se está aqui a propor, de facto na relação da Câmara com as Juntas de Freguesia tem que existir sistemas de acompanhamento e sistemas que garantam o cumprimento do protocolo, em rigor o protocolo é com as Juntas de Freguesia, e não é em sede de Comissão da Assembleia Municipal que essas questões podem ser vertidas e resolvidas, aí poderá ser resolvido um conjunto de questões, mas não aquelas que decorrem do dia a dia da relação das Juntas com a Câmara na aplicação desse Protocolo. -----

*Eu penso que as Juntas de Freguesia, de facto, terão de tratar com a Câmara Municipal, de encontrar mecanismos institucionais com o mínimo de regularidade de funcionamento que permitam um acompanhamento político da questão que decorre dos protocolos.” -----

-----*

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Julgo que esta intervenção também não vem contra esta proposta, esta proposta diz claramente que é para acompanhamento da aplicação do protocolo, digamos a função, a missão da Assembleia Municipal é o acompanhamento, julgo que nenhuma destas intervenções contraria exactamente esta proposta. “-----

A **Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Só um contributo para esta discussão, como sabem a competência e o impulso legislativo para o Protocolo de Delegação de Competências é da Câmara Municipal, e a Câmara Municipal assume desde já o compromisso de obviamente fazer as alterações que entender convenientes e os ajustamentos a este documento que já existe, mas carece de aperfeiçoamentos, em auscultação com os Presidentes de Junta, e depois submete a esta Assembleia Municipal, à Comissão competente, para apreciação. -----

Portanto, penso que os passos poderão ser esses, e penso que isto irá ao encontro de tudo aquilo que foi dito aqui. -----

Primeiro passo, impulso da Câmara Municipal, apresentando o documento, esse documento é feito com auscultação com as entidades e com as Juntas que são os executores do protocolo, obviamente depois será endereçado à Assembleia Municipal, ao órgão competente próprio, que também dará os seus contributos, penso que será esse o faseamento do processo.” -----

O Senhor Presidente propôs a votação deste ponto, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**, que este grupo seria constituído no âmbito da Comissão do Poder Local, ficando acordado que os líderes de cada bancada, irão informar esta Assembleia Municipal, quais os Deputados Municipais que integraram o Grupo de Trabalho acima referido.-----

-

PONTO 4 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 03/AM/2005-2009 – CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS.---

Presente para deliberação, a constituição de Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal para o mandato 2005-2009, de acordo com o proposto na Deliberação n.º 03/AM/2005-2009, que seguidamente se transcreve: -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“É da competência da Assembleia Municipal nos termos do artº53, nº1, da alínea j) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o art.º 65º e seguintes do Regimento, deliberar sobre a constituição de Comissões Especializadas Permanentes devendo o número de membros de cada Comissão ser fixada pela própria Assembleia Municipal. -----

Nestes termos propõe-se a constituição das seguintes Comissões: -----

Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Segurança das Populações -----

Coordenador indicado pela bancada do PS -----

Secretário -----

Comissão de Ambiente, Qualidade de Vida e Mobilidade -----

Coordenador indicado pela bancada da CDU -----

Secretário -----

Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto -----

Coordenador indicado pela bancada do PSD -----

Secretário -----

Comissão de Saúde e Acção Social -----

Coordenador indicado pela bancada do PS -----

Secretário -----

Mais se propõe que cada Comissão seja constituída por sete membros, a saber: -----

2 representantes do PS -----

2 representantes da CDU -----

2 representantes do PSD -----

1 representante do Bloco de Esquerda” -----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**, apresentou uma proposta, relativamente á alteração da designação da 3ª Comissão, que seguidamente se transcreve: -----

“PROPOSTA -----

Proponho que a Comissão n.º 3 tenha a designação - Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto.” -----

A proposta acima referida, foi colocada á votação, tendo sido **Aprovada por Unanimidade.** -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Após o período de discussão, o documento foi colocado à votação e foi **Aprovado por Unanimidade**, com a alteração introduzida quanto á designação da 3ª Comissão, tendo ficado acordado que os líderes de cada bancada, irão informar esta Assembleia Municipal, dos Deputados Municipais que integrarão cada Comissão bem como o respectivo coordenador, de acordo com o acima proposto.-----

O ponto 5 ficou suspenso, para elaboração de novos boletins de voto, passando-se ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 6 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 05/AM/2005-2009 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE E CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ANALISAR O REGIMENTO----- ----- -----

Presente para deliberação, A Proposta de manutenção do Conselho Municipal de Juventude e a criação de um Grupo de Trabalho para analisar o actual regimento, nomeadamente quanto às entidades que devem integrar o Conselho acima referido, de acordo com o proposto na Deliberação n.º 05/AM/2005-2009, que seguidamente se transcreve: -----

*“Considerando que o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude foi aprovado na 2ª Sessão Extraordinária de 2005, realizada em 22 de Julho do mesmo ano; -----
considerando que deve ser fomentada pelo Município a participação dos jovens no associativismo como forma de aprofundar o seu espírito de cidadania e de solidariedade. -----*

Propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere: -----

- 1. A manutenção do Conselho Municipal de Juventude. -----*
 - 2. Constituir um Grupo de Trabalho, nos termos da alínea j) do nº1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do n.º 1 do art.º 65 do Regimento da Assembleia Municipal, para analisar o actual Regulamento, nomeadamente no respeitante às entidades que devem integrar o Conselho acima mencionado.” -----*
- -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**;-----

Fátima Amaral, da bancada da **CDU**.-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**.-----

Após o período de discussão, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**, tendo ficado acordado que os líderes de cada bancada, irão informar esta Assembleia Municipal, os Deputados Municipais que integraram este Grupo de Trabalho, e que o mesmo fosse coordenado por um dos membros da Mesa da Assembleia Municipal, designado para o efeito.-----

PONTO 5 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 04/AM/2005-2009 – DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS-----

Presente para deliberação, a indicação de quatro cidadãos idóneos, para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Município de Odivelas, de acordo com o proposto na Deliberação n.º 04/AM/2005-2009, que seguidamente se transcreve-----

“A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Município de Odivelas, criada no âmbito da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), foi constituída ao abrigo da Portaria de Instalação n.º 338/2001, de 4 de Abril, designada por CPCJPO; ----- considerando que ocorreram eleições autárquicas, em 9 de Outubro, e consequente instalação da nova Assembleia Municipal, em 31 de Outubro de 2005; ----- considerando o disposto n.º artº 53, n.º1, alínea r) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 17º alínea I da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que parcialmente se transcreve: -----

Artigo 17º-----

“A Comissão alargada é composta por: -----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal, ou pela Assembleia de Freguesia, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15º, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especial conhecimento ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.” -----

Propõe-se que -----
A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 29 de Novembro, designe 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Odivelas; -----
tal designação seja efectuada por indicação dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal, sendo um elemento indicado por cada partido político representado na referida Assembleia.” -----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**;-----

Luís Salmonete, da bancada do **PSD**.-----

procedendo-se à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

Jorge Ferreira: 39 votos a favor e 1 branco.-----

Maria Martins, 38 votos a favor e 2 brancos.-----

Paula Almeida, 38 votos a favor e 2 brancos.-----

Fernanda Horta, 39 votos a favor e 1 branco.-----

Assim, ficaram designados como os quatro representantes da Assembleia Municipal de Odivelas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Município de Odivelas, os seguintes cidadãos:-----

Jorge Manuel Leitão Ferreira, indicado pela bancada do **PS**;-----

Maria José Bação Fernandes Martins, indicada pela bancada do **PSD**;-----

Maria Fernanda Horta, indicada pela bancada da **CDU**;-----

Paula Cristina de Almeida, indicada pela bancada do **BE**.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Após este período, o **Senhor Presidente** deu por concluída a análise dos pontos da Ordem do Dia, dando seguidamente início ao Período de Intervenção do Público.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente** informou todos os presentes que se registavam **três** inscrições do público.-----

Usou da palavra o Sr. **Luís Veiga**, residente na Rua José Paulo Oliveira, nº18 – 6-A, na Póvoa Sto. Adrião, o qual realizou a seguinte intervenção: -----

“1) *Rotunda do Sr. Roubado* -----

- a) *Estará prestes a ser activado o sistema de sinalização luminosa à saída da rotunda. Sem querer ensinar o padre-nosso ao cura (com se diz) sugere-se o acompanhamento desta activação com agente policial durante alguns dias, sem o que não será difícil a ocorrência de acidentes nesse primeiros dias. Ninguém discorda que é preferível prevenir com alguns custos do que lamentar elevados custos, até mesmo ao extremo, sejam de quem forem. -----*
- b) *É razoável considerar que esta sinalização venha melhorar acentuadamente a fluidez do trânsito. Mas deve ser equacionada a procura de alteração complementar se tal não se verificar – e essa alteração complementar existe. -----*

2) *Acesso ao Metro de Odivelas* -----

- a) *A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, enquanto entidades com função de zelo pelo interesse das populações – embora não tendo capacidade decisória nessa matéria – devem procurara alterar a filosofia do Metropolitano no sentido de ser aceite na estação de Odivelas o passe combinado LA (e, por ventura, outros), desagravando o custo exorbitante do bilhete entre Odivelas e o Sr. Roubado. Acrescente-se a esta exorbitância a situação perturbadora, que pode classificar-se de ridícula, de os passageiros que regressam de Lisboa, aqueles que não tenham o passe adequado, terem que sair da estação no Senhor Roubado para adquirir bilhete a fim de continuarem até Odivelas. -----*
- b) *Concomitantemente devem as autarquias procurar que os operadores rodoviários do eixo Loures-Lisboa vão à estação de Odivelas. -----*
- c) *Devem igualmente a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia pugnar para que seja melhorada a frequência dos comboios – é sabido por todos os utentes do Metro que quando o comboio chega*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Ao mesmo tempo gostaríamos de lembrar, que a população do Concelho, fica extremamente prejudicada, pela Rodoviária de Lisboa, nos horários em que o Metro não funciona, pois como saberão, a Rodoviária pratica horários de acordo com a abertura e fecho do Metropolitano. -----

A conclusão é que entre a 1h e as 6:30h da manhã, ninguém trabalha; ninguém estuda; ninguém vai ao médico; ninguém entra e ninguém sai em Odivelas, se não tiver transporte próprio ou se não tiver dinheiro para o Taxi. -----

Assim, apenas fica uma carreira, em horário reduzidíssimo, no corredor da Estrada Nacional 250-2, que vai para Caneças. -----

Os moradores de Sete Castelos, do Casal dos Apréstimos, do Casal do Trigache, do Casal do Privilégio, do Olival Basto e isto apenas para nomear alguns Bairros, ficam extremamente prejudicados em termos de transportes públicos. -----

Mas o trágico, visto que já passou a parte do ridículo, é que mesmo em horário, dito normal, ou seja, entre as 6:30h e a 1 da manhã, sempre que o Metro avaria, infelizmente isso acontece muitas vezes, todas as semanas, a população fica sitiada, sem maneira de sair ou de entrar na cidade de Odivelas, e atenção, continuamos a falar em pessoas que não tendo viatura própria, também não têm dinheiro, para se deslocar em Taxi. -----

No entanto, pensamos que nada disto será novidade para a Sra. Presidente, mesmo acreditando que foi por esquecimento que não aparecem os transportes e o retorno da Carris a Odivelas, na Ordem dos Trabalhos que já estão em marcha, e que foram divulgados nos Outdoors mandados espalhar por Odivelas, mas para que tál, continue na ordem de trabalhos e nas prioridades deste executivo, a CUTCO, pede ao Sr. Presidente da Assembleia, que solicite à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, uma reunião com esta comissão de utentes, com a maior brevidade possível. -----

Conscientes da urgência e importância deste pedido a CUTCO agradece a todos, a paciência, a atenção e o interesse demonstrados durante a minha intervenção.”-----

Após este período o Senhor Presidente deu por encerrado o período de intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h35m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente.-----



Município de Odivelas
Assembleia Municipal

O Senhor Presidente:-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

